

O dinheiro público vai ser usado para a privatização da Ceda, quando poderia ser utilizado efetivamente para manter a empresa pública.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Enfermeira Rejane.  
Deputada Enfermeira Rejane.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Presidente, agradeço a oportunidade.

Falar sobre esta questão é muito importante. Todo mundo aqui já colocou o seu ponto de vista. Nós temos sete minutos para falar sobre ele, mas não podemos falar sem nos reportar ao ano de 2017, quando enfrentamos, dentro da Alerj, e alguns Deputados ainda estão aqui e têm conhecimento disso, de toda a vontade popular que havia naquele momento contra a privatização da Ceda, contra as medidas que estavam sendo tomadas pelo Estado do Rio de Janeiro de arrocho à nossa população. E naquele momento as pessoas enfrentavam o Parlamento, porque entendiam que não seria aquela Casa, aqueles Deputados que entregariam alguns patrimônios, também, e um desses patrimônios era a Ceda, para a iniciativa privada. Ou seja, eram contra a privatização da Ceda.

É importante começarmos a falar lembrando esta questão, porque sabemos que nós vivemos em um mundo, e no Estado do Rio de Janeiro isso não é diferente, onde respeitamos o processo democrático e as nossas leis. E a lei maior do nosso Estado é a Constituição Estadual. E uma dessas prerrogativas que temos na nossa Constituição, tanto a nacional quanto a estadual, é, primeiro, a questão da universalidade do voto; segundo, a predominância da vontade da maioria, respeitando as minorias, a liberdade de expressão e comunicação, o pluripartidarismo. Aonde eu quero chegar? À questão do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular. Esses são instrumentos que garantem a nossa democracia.

Na nossa Constituição, Presidente, está lá escrito, e eu quero trazer essa questão para falarmos do PDL, porque, primeiro, temos que falar do que temos na nossa Constituição, que diz que toda e qualquer questão pertinente a toda a sociedade - e a questão da água é um tema que diz respeito à vida, e nós não podemos entregar a água, é a vida do povo - deve ser submetida ao referendo popular; que temos que ter um plebiscito, que deve ser coordenado pelo Tribunal Regional Eleitoral. E isso, Sr. Presidente, foi apresentado nesta Casa no ano de 2017, e tramita pela Casa uma proposta, assinada por 2/5 dos Deputados, naquela época, mas que não foi colocada em prática, não foi colocada em votação, porque nós temos que seguir o que está na nossa Constituição, porque, senão, cada um vai fazer aquilo que lhe der na cabeça.

Então, nós precisamos voltar no tempo, voltar a buscar o que está na Constituição e garantir o referendo do povo em relação à questão da privatização da Ceda.

Fora isso, Sr. Presidente, naquele momento, em 2017, nós resolvemos e foi aprovada nesta Casa pela maioria, seguindo o que está na Constituição e no Regimento Interno, uma legislação de 2017 que garantia o Rio de Janeiro entrar em um Regime de Recuperação Fiscal por nove anos. E agora o que temos é um decreto do Governador. Mais uma vez, a Constituição e as nossas legislações estão sendo atropeladas, porque um Decreto não pode ser maior que uma Lei. A Lei de 2017 foi rasgada por um Decreto do Governador, que permite a modificação de uma legislação que foi aprovada lá atrás.

O que está sendo apresentado é um PDL, e concordamos com ele. Temos que elevar a nossa voz contra o fato de que decisões aprovadas nesta Casa de Leis estão, infelizmente, sendo rasgadas por outros mecanismos do Governo Federal. Precisamos engrossar nossa posição. Somos contrários. Precisamos garantir que esta Casa tenha sua autonomia e fazer com que o Rio de Janeiro seja respeitado. Como já foi dito por vários Deputados, o Rio de Janeiro está sendo muito maltratado, de forma desrespeitosa. Precisamos trabalhar para que a legislação seja respeitada.

O PDL que foi apresentado por V.Exa. tem uma questão de que discordamos, porque esse Decreto não pode ter fundamento maior do que uma legislação aprovada nesta Casa. Por conta disso, é necessário aprofundar o debate, é necessário que retomemos o protagonismo do Rio de Janeiro para que o Governo Federal entenda que este Estado tem arrecadação, tem um papel perante os demais estados e o Brasil. Nossa arrecadação é fundamental, e o Rio de Janeiro precisa ser visto de forma que possa voltar a crescer, voltar a ter economia forte, voltar a ser o Estado que orgulha a nação.  
Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O próximo orador inscrito é o Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Sr. Presidente, primeiramente, quero esclarecer algumas questões, porque diversos Deputados falaram e devemos colocar cada coisa na sua caixa.

É importante dizer - e já disse isso no Colégio de Líderes - que o Estado não é poder concedente de nada relacionado à distribuição e tratamento de água e esgoto, como eu ouvi aqui; isso cabe aos municípios e está no marco do saneamento. Não adianta fazer discurso político porque a lei do marco do saneamento é clara. Quero deixar isso claro, porque o que cabe ao Estado é a produção, que, diga-se de passagem, está uma porcaria; basta ver o que temos consumido.

Outro detalhe é que, por ser dos municípios, que em um determinado momento aderiram, na Região Metropolitana, à concessão em conjunto da distribuição - que, por acaso, é da Ceda, se não for pela Ceda, os municípios saem disso e vão vender por conta própria. Ai, o valor da Ceda vai diminuir naturalmente. É importante separar muito bem isso.

Temos a ADI do Supremo Tribunal Federal, de 2013, que criou o ente metropolitano; temos o estatuto da metrópole, de 2015; tem o marco regulatório, de 2020. Por acaso, acabou calhando de essa questão da Ceda se fundir a isso.

Mas o que eu queria também explicitar, e aí tenho de concordar com o Presidente André Ceciliano, é que isso está servindo como uma barganha. É muito provável que se vendermos a Ceda, ou pelo menos a distribuição, esse dinheiro vá para a União - existe o entendimento de que o dinheiro irá para a União. Então, temos que ter muito cuidado. Isso causa uma segurança jurídica muito grande entre aqueles que participariam do leilão.

Também não adianta falar que a Ceda tem um superávit de um bilhão. Tem hoje um bilhão, mas poderia ter certeza de que muito em breve ela não terá. Estará em condição falimentar porque a concessão cabe aos municípios, é simples assim. Gostaria de deixar isso claro.

Parabenizo o Governo do Estado, a Secretaria da Casa Civil e o Presidente, que foi muito feliz na fala acerca do Galeão. Eu sou totalmente contra mudar a mensagem e colocar os outros aeroportos do Estado do Rio de Janeiro. Nós precisamos salvar o Galeão. Dois voos por manhã saindo do Galeão é um absurdo. O investimento feito naquele aeroporto não pode ser jogado no lixo. Eu fico imaginando Novaorque maltratando o John Kennedy como maltratamos o Galeão.

Para se ter uma ideia, hoje, o Aeroporto La Guardia só está fazendo voo no máximo a cidades com 800 quilômetros. Aqui queremos fazer diferente, queremos deixar o Santos Dumont virar aeroporto internacional e o Galeão virar só um aeroporto de cargas. Aliás, nem isso vai acontecer. Já temos visto dificuldades no Galeão por causa de outras situações, como, por exemplo, o transporte até o local, a segurança e por aí vai.

Precisamos salvar o Galeão. Muitos empregos são gerados naquele aeroporto, são gerados diversos negócios. Foi investido não apenas no Galeão, mas também no seu entorno, dinheiro da iniciativa privada e do poder público. Então, precisamos salvar o Galeão. Se o Governo Federal não tem demonstrado tal interesse, tem demonstrado interesse em expandir o Santos Dumont por meio de uma nova concessão, lamento. O Santos Dumont tem estrutura para isso. Basta ver o tamanho da pista, basta ver a estrutura do aeroporto por si só.

Sou solidário ao Governo do Estado, sou solidário ao Presidente André Ceciliano no sentido de que esse debate seja aprofundado. Precisamos aprovar o benefício do combustível para aqueles que estão operando no Galeão.

Concluindo, Sr. Presidente, parabeno o Deputado Márcio Canella, o maior Deputado da história representando Belford Roxo, sem dúvida. A cada cinco pessoas em Belford Roxo pelo menos quatro admiram o trabalho do Deputado Márcio Canella. Quando parabeno o Secretário Rogério Figueiredo, ele o fez com razão, porque o Deputado Márcio Canella conseguiu algo que era muito impossível: levar uma companhia para a região do Roseiral, que era um inferno e melhorou muito. Então, gratidão. A Bíblia diz que temos de dar honra a quem merece honra e que devemos ser gratos. O Deputado Márcio Canella foi muito feliz na declaração dele.

À Tijuca conseguimos levar as Recom e o Tijuca Presente. Mas, infelizmente, no mais, continuo com a minha opinião sobre o Secretário da Polícia Militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Gustavo Schmidt.

Som na tribuna, por gentileza. Atenção assessoria, som na tribuna.

O SR. GUSTAVO SCHMIDT - Boa tarde, Sr. Presidente André Ceciliano, boa tarde queridas Deputadas, queridos Deputados, demais telespectadores que estão nos assistindo através da TV Alerj, é muito importante o debate neste exato momento falando da privatização da Ceda. E esse PDL, do Presidente André Ceciliano, com muita coragem, com muita inteligência, nesse exato momento, coloca em Plenário, vem em boa hora.

Eu sou filho e neto de cedaeano, como todos sabem. Nós batalhamos, com muito orgulho, junto com os cedaeanos, contra essa privatização da Ceda. Nós, ao longo de dois anos de nosso mandato, fizemos diversas audiências públicas e em uma delas o ex-presidente, Sr. Hélio Cabral, saiu pela porta dos fundos desta Casa.

A Ceda, ao longo desses últimos dois anos de Governo, o Sr. Cláudio Castro, Governador em exercício, estava como vice, na chapa do Wilson Witzel, defendia a Ceda pública antes da eleição. A Ceda vem sendo achincalhada, vem sendo desmantelada, através da demissão de 54 funcionários, que eram do seu corpo técnico, e de diversas outras ações que o poder público, poder político, com ingerência na Ceda, atrapalha o desenvolvimento de uma companhia que, todos sabem, é lucrativa, é uma companhia de excelência, e que, desde 1975, vem prestando um serviço de qualidade para a população fluminense.

E a última coisa que a população do nosso Estado tem é a Ceda. Uma empresa com quase sete mil funcionários, entre concusados e terceirizados, está às portas de ser privatizada, de ser entregue para o poder privado, sem ao menos ter um devido estudo, uma devida conclusão de que se é a forma correta ou não de se fazer.

Temos diversos colegas nesta Casa que lutam ao nosso lado, Deputado Luiz Paulo, Deputado Waldeck Carneiro, Deputada Renata Souza, Deputada Lucinha, Deputada Mônica Francisco, e tantos outros, desculpem-me não lembrar de todos neste momento, mas eu tenho certeza de que esta Casa quase na totalidade defende a Ceda pública.

Chega a ser ridículo olharmos os jornais e vermos uma concessão de 35 anos oferecendo investimentos na casa de 32 bilhões, Deputado Luiz Paulo sabe muito bem disso, sabendo que a Ceda hoje lucra um bilhão e cem, e com projeções, se bem gerida, e eu tenho certeza de que tem total capacidade de ser bem gerida, de lucrar muito mais.

Vemos hoje o Governo do Estado, o Governador Cláudio Castro segurando as obras nas diretorias da Ceda, que têm dinheiro em caixa, por conta dessa privatização. O dinheiro da Ceda tem que estar em tubo no chão, Governador Cláudio Castro. O dinheiro da Ceda tem que estar colocando água na Rocinha, na obra da Rocinha, que, por sinal, está parada.

Uma das cláusulas do edital fala que essas empresas que ganharem o contrato, senhores, têm que investir, ao longo de 35 anos, um bilhão e oitocentos milhões. A obra da Rocinha, só a Rocinha, é mais de um bilhão. Eram seis etapas e está parada na primeira etapa. Está cheia de buraco, um caos total para a população daquela região.

E o sonho de muitos que ali moram de ter uma obra que estava sendo bem-feita, uma obra de muita qualidade, a primeira etapa foi concluída com sucesso, com total benfeitoria para aquela população, não há mais esse sonho por conta de um Governo que parou as obras da Ceda e que está estagnado por conta dessa privatização.

O PDL que V.Exa. colocou neste Plenário, e eu sou contra só ao 2º artigo, como bem eu falei para V.Exa. mais cedo, como tantos outros Deputados também aqui falaram, mas eu também acho que não é direito de um carioca, como o Ministro da Economia, o Sr. Paulo Guedes, ele deveria ter vergonha de ser carioca, por estar vendendo a última coisinha.

Como V.Exa. bem disse, Sr. Presidente, a Petrobras nossa, a Petrobras da água do nosso Estado, que é uma empresa muito lucrativa, de querer colocar como troféu, nesse momento, ameaçando o Estado do Rio de Janeiro no RRF, no Regime de Recuperação Fiscal, e colocando a Ceda, que é um bem de todos nós.

Eu tenho certeza de que o Sr. Paulo Guedes deveria se envergonhar, como fluminense, de estar fazendo isso. E a Ceda, por tantas e tantas brigas, mais ainda de estar vendo isso acontecer.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de terminar a minha fala pedindo a todos os cedaeanos, a todos os familiares de cedaeanos e, principalmente, aos nossos colegas desta Casa que se juntem, se unam, porque estamos deixando a maior coisa que temos em nosso Estado, o único patrimônio que sobrou, governo após governo, que foi achincalhada, mas sobreviveu, aos trancos e barrancos, estamos deixando para a iniciativa privada.

E como bem disse a Deputada Renata Souza, anteriormente à minha fala, é uma empresa que é muito mais social do que monetária. O Rio de Janeiro está indo na contramão das demais capitais de todo o mundo e está privatizando algo que em todos os outros locais do nosso planeta está reestatizando.

Portanto, deixo a minha tristeza e a minha revolta com tudo isso que está acontecendo. Infelizmente, estão colocando a Ceda como troféu e moeda de troca nessa covardia, por conta de governos passados, e ela nem tem culpa de todo esse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O próximo orador inscrito é o Deputado Alexandre Freitas. (Pausa) Deputado Alexandre Freitas. (Pausa)

Deputado Márcio Pacheco. (Pausa) Deputado Márcio Pacheco. (Pausa)

Deputado Samuel Malafaia. (Pausa) Deputado Samuel Malafaia. (Pausa)

Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Deputados e Deputadas. O Projeto de Decreto Legislativo apresentado pelo Deputado Presidente desta Casa, André Ceciliano, nos traz o debate fundamental sobre o futuro da Ceda. A Ceda é uma Companhia de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro, nossa última empresa estatal, que presta serviços à população e que tem conseguido acumular, ano a ano, uma taxa de lucro milionária, em alguns momentos bilionária.

Eu começo falando disso, porque é importante compreender que esse projeto de privatização da Ceda não atende, de nenhuma forma, a um requisito de buscar a privatização buscando gerar receitas para o Estado. Pelo contrário, nós temos aí uma empresa pública, que gera uma lucratividade bilionária para o Estado, que está para ser vendida, leiloada, repartida. Por que privatizá-la? É a pergunta que fazemos para aqueles que têm defendido essa entrega do patrimônio público.

Entendemos que a água é um bem comum. Não há vida humana, não há vida sem água. Então, a gestão da água ser pública é algo harmônico com a ideia de que a sua gestão deva ter como princípio norteador a garantia do acesso a esse bem comum para toda a população.

A gestão da água, partindo desse princípio, é muito diferente da gestão da água como uma mercadoria, por menos que temos visto crescer no Brasil, mas que, de alguma forma, cresce na contramão do que tem acontecido em outros países, que inclusive reviram processos de privatização de serviços de água, de serviços de saneamento.

Por quê? São direitos, direitos sociais, direitos humanos, direitos básicos para a garantia da vida da humanidade. Se você privatiza esses direitos e a questão do lucro e da mercantilização se tornam empecilhos para o acesso a esses direitos, o processo de privatização vai na contramão do que a humanidade precisa para viver. Então, ressaltamos que é muito ruim imaginar um processo em que a gestão, a distribuição de água, a coleta de saneamento se transforme em objeto de mercantilização, de lucratividade.

Mas essa privatização tem mais elementos. Essa privatização é fruto de uma chantagem que o Estado do Rio de Janeiro tem sofrido. Quando esteve ali, no Governo Pezão, e o Estado do Rio de Janeiro teve uma grande queda na atividade econômica e isso se reflete numa grande queda de arrecadação, o Governo Federal, então, na época da gestão do Michel Temer, começa um processo de chantagem para forçar a privatização da Ceda, uma privatização que é absolutamente negativa para o Estado do Rio de Janeiro, por quê? Porque é uma empresa de água, então, por princípio, é importante que ela tenha gestão pública e porque é uma empresa extremamente lucrativa e nesse período em que começa esse debate, da recuperação fiscal, a Ceda consegue uma decisão judicial que mostra que por ela ser uma empresa pública, ela tem que ter um regime tributário diferenciado e o Governo Federal vinha cobrando impostos da Ceda como se empresa privada ele fosse. Com essa decisão judicial a Ceda passou a ser também credora junto ao Governo Federal, tem bilhões de reais a receber em devolução de impostos cobrados de forma irregular uma vez que a Ceda era uma empresa pública.

Então, o Governo Federal, nessa relação de chantagem que estabelece com o Rio de Janeiro de completo desequilíbrio no pacto federativo, ele quer botar a faca no pescoço do Estado do Rio de Janeiro com relação à dívida que o Estado tem com a União, uma dívida aliás, questionada, com taxas de juros absolutamente escorchantes, não tem nem comparação os juros que o Rio de Janeiro paga ao Governo Federal com os juros que o BNDS cobra de qualquer empréstimo que ele faz ao setor privado.

O Estado do Rio de Janeiro, e a maior parte do Estado da Federação, paga juros absolutamente inaceitáveis e faz com que essas dívidas sejam mecanismos permanentes de pressão e chantagem do Governo Federal sobre os Estados.

Também, no caso da Ceda, ainda temos um crédito da Ceda a receber o Governo Federal que nunca é colocado nesse balanço de contas para ser deduzido, para permitir um entendimento que faça com que o Estado do Rio de Janeiro consiga inclusive sair desse momento de aperto fiscal que ele tem enfrentado desde que a atividade econômica despencou no nosso Estado.

Além disso, eu quero destacar um elemento: a privatização da Ceda está vinculada a um empréstimo que foi contraído junto com a mesma instituição financeira que fez parte do processo de antecipação de royalties e participações especiais do petróleo vinculados ao Rioprevidência e realizado no período da gestão Sérgio Cabral, Pezão, tendo como um dos principais articuladores o Sr. Gustavo Barbosa que, dentre outras funções, foi presidente do Rioprevidência.

É importante destacar isso porque essa mesma instituição financeira de origem francesa, ela se aproveita de um momento de fragilidade financeira do Estado do Rio de Janeiro e ganha, de uma forma bastante abusiva de dois lados. Por um lado, com essa operação que hoje faz com que o Estado do Rio de Janeiro pague uma das taxas de juros mais altas do mundo...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço para concluir, por favor, Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - ... de antecipação de receitas. E por outro, ela coloca a Ceda como garantia desse empréstimo realizado naquele momento de dificuldade financeira no Estado do Rio de Janeiro.

Então, a privatização da Ceda é cercada por essas situações que empurram para um processo de privatização do patrimônio público, que é absolutamente lesivo aos interesses públicos do Estado do Rio de Janeiro.

Então, somos contrários, entendemos que esse PDL nos permite avançar nessa discussão, vamos defender que essa suspensão da privatização seja de forma permanente, para que possamos cobrar, sim, que a Ceda faça investimento para melhorar a qualidade da água, para levar água onde ainda não tem.

Neste momento de crise para o Rio de Janeiro, a Ceda tem um ambicioso plano de investimento, para fazer a economia funcionar, levar água de qualidade, levar a coleta de esgoto para os diferentes municípios, que vai nos ajudar a enfrentar a crise, melhora a qualidade ambiental e fazer com que a Ceda cumpra cada vez melhor o seu papel de fornecer a água tratada e contribuir com a coleta de esgoto e os diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Obrigado. Deputado Alexandre Freitas, o mais breve possível, porque V.Exa. já teve sua chance, não estava online.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Obrigado, Presidente.

Presidente, a água é um bem difuso e nunca jamais será privatizada, esta é que é a verdade. Não é verdade que o mundo está no movimento de reestatização de água, não é verdade que o lucro da Ceda justifique sua manutenção à frente das prestações de serviço, não é verdade que estamos privatizando a água, nem mesmo que estamos privatizando a Ceda. O que estamos fazendo é uma concessão relacionada à distribuição de água, que é prejudicada por conta da incompetência, da ineficiência e dos interesses que permeiam essa estatal antiga, ultrapassada, que há muito tempo já deveria ter sido privatizada.

A concessão vai obrigar as empresas interessadas e que vencerem a licitação a cumprir critérios de universalização de água, de qualidade na hora de distribuir e principalmente das perdas, as quais, de forma recorrente, são usadas por pessoas da Ceda que dizem que ela perderia lucratividade porque, ao acabar com a perda de água, que hoje é estimada em mais de 50%, a Ceda vai perder receita. Ou seja, é um argumento absurdo, pelo qual pessoas de dentro da empresa dizem que a empresa precisa desperdiçar água para poder gerar renda. Esse é um argumento esdrúxulo e desconectado da realidade, principalmente desconectado dos interesses da população.

A verdade é que, com a concessão da distribuição, o Rio, que hoje não tem qualquer capacidade de investimento, vai ver, finalmente, uma coisa central para a dignidade da pessoa humana, que é o saneamento básico, recebendo investimentos de forma eficiente...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - V.Exa. me concede um aparte, Deputado Alexandre Freitas?

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Claro, Presidente, que concedo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Fui prefeito na Baixada Fluminense e construí algumas estações de tratamento de esgoto. Há algumas estações de tratamento de esgoto de municípios que contribuem para o Guandu: Ribeirão das Lajes, Rio Santana e Rio dos Poços, que formam o Guandu, em Queimados, e a Ceda nunca, nunca fez manutenção nas estações. A qualidade da água que bebemos hoje é por conta dessa falta de manutenção em algumas estações de tratamento de água dos rios de municípios que contribuem para o rio Guandu.